

atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de abril, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro;

b) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 1/2005 de 4 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, as despesas com seguros;

c) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 1/2005, de 4 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, cumpridos os procedimentos legais, as despesas com contratos de arrendamento de bens imóveis para instalação de serviços e organismos.

4 — As delegações de competências referidas nos números anteriores incluem o poder de subdelegar, quando legalmente admissível.

5 — A Secretária de Estado da Cultura substituir-me-á nas minhas faltas ou impedimentos para os efeitos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2017, de 9 de março, pelo Decreto-Lei n.º 99/2017, de 18 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 138/2017, de 10 de novembro.

6 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos praticados pela Secretária de Estado da Cultura desde essa data, no âmbito das competências agora delegadas.

15 de novembro de 2018. — A Ministra da Cultura, *Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves*.

311829762

Direção Regional de Cultura do Algarve

Despacho n.º 10792/2018

Nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, publicita-se que, reunidas as condições previstas no artigo 99.º-A da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras de assistente operacional para a carreira e categoria de assistente técnico de Lídia Alexandra Guerreiro Lapa, ficando posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5 da estrutura remuneratória da carreira de assistente técnico, com efeitos a 1 de agosto de 2018.

2 de novembro de 2018. — A Diretora Regional, *Alexandra Rodrigues Gonçalves*.

311805648

Despacho n.º 10793/2018

No âmbito das competências que foram atribuídas a S. Ex.ª a Diretora Regional, através do Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25/05 e de acordo com o estipulado no n.º 3, do Artigo 99.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, reunidos os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e d), torna-se público que, na sequência de despacho de 1 de outubro de 2018 de S. Ex.ª a Diretora Regional de Cultura do Algarve, que autorizou a consolidação definitiva da mobilidade interna na carreira e na categoria de técnico superior, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Carlos Manuel Ventura Dias, com efeitos a 1 de outubro de 2018.

2 de novembro de 2018. — A Diretora Regional, *Alexandra Rodrigues Gonçalves*.

311805389

Despacho n.º 10794/2018

Nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, publicita-se que, reunidas as condições previstas no artigo 99.º-A da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras de assistente operacional para a carreira e categoria de técnico superior de Carla Patrícia Pereira Antunes Santos, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15 da estrutura remuneratória da carreira de técnico superior, com efeitos a 1 de janeiro de 2018.

2 de novembro de 2018. — A Diretora Regional, *Alexandra Rodrigues Gonçalves*.

311805453

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10795/2018

Considerando que, nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Fundação IPCA — Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 63/2018, de 6 de agosto, o seu conselho de curadores é composto por cinco personalidades de elevado mérito e experiência profissional nas áreas académica, empresarial, cultural, de relações internacionais e de inovação científica e tecnológica reconhecidas para esse efeito como especialmente relevantes;

Considerando que, nos termos da mesma norma legal, os curadores são nomeados pelo Governo sob proposta do conselho geral do IPCA — Instituto Politécnico do Cávado e do Ave para um mandato de cinco anos;

Sob proposta do conselho geral do IPCA — Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da Fundação IPCA — Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 63/2018, de 6 de agosto:

Nomeio como membros do conselho de curadores da Fundação IPCA — Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, cujas notas curriculares se publicam em anexo ao presente despacho:

- a) Ângela Marina Fernandes de Oliveira Brandão;
- b) António Magalhães da Silva;
- c) João Baptista da Costa Carvalho;
- d) Maria Lucinda de Sousa Barbosa;
- e) Manuel Carlos da Silva.

25 de outubro de 2018. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

ANEXO

Ângela Marina Fernandes de Oliveira Brandão

Licenciada em Engenharia de Sistemas e Informática pela Universidade do Minho.

Iniciou a carreira profissional na multinacional Bosch em Braga, onde foi Diretora do Departamento de Informática.

Em 2000 juntou-se à Enabler Informática (Sonae) como Competency Center Manager, tendo transitado em 2006 para a Wipro Technologies, onde foi Head of Global Oracle Retail Practice.

Integrou os quadros da PRIMAVERA BSS em 2010, como Head Manager para a unidade global de Consultoria e responsável pela direção de projetos de clientes estratégicos, em Portugal, Espanha, Angola e Moçambique.

Desde 2014 é Vice-Presidente da PRIMAVERA, para as áreas de Consultoria, Academia e Suporte, e da PRIMAVERA Public Services, empresa do grupo especializada no setor da Administração Pública.

António Magalhães da Silva

Natural de Cabeceiras de Basto e licenciado em História pela Universidade do Porto.

Exerceu, durante 11 anos, funções de deputado na Assembleia da República, tendo nesse período as comissões de especialização de educação, ciência, cultura e poder local.

Foi membro do Senado Universitário da Universidade do Minho, membro do Conselho Geral da Associação de Municípios Portugueses, Vice-Presidente da mesa do Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Vice-Presidente do Eixo Atlântico Noroeste Peninsular e Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Parque de Ciência e Tecnologia.

Exerce atualmente funções com Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães, depois de ter sido Presidente da Câmara desta cidade entre 1989 e 2013.

João Baptista da Costa Carvalho

Professor aposentado da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), desde setembro de 2006 a fevereiro 2017.

Título académico de agregado no ramo de conhecimento/especialidade de Contabilidade, pela Universidade do Minho.

Membro da Comissão de Normalização contabilística, comité público.

Presidente da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Coordenador do anuário financeiro dos Municípios Portugueses.

Maria Lucinda de Sousa Barbosa

Natural de Barcelos, iniciou o seu percurso profissional em 1987 como diretora industrial e de produção de empresa têxtil Araújo e Ir-mãos, L.^{da}

Recentemente, em abril de 2018, assumiu o cargo de diretora geral de todas as empresas do grupo Valerius Têxtil, S. A.

No grupo Valerius desempenha as funções de diretora industrial dos vários sectores de produção, acompanhando o planeamento, a produção, a logística e a entrega final dos produtos.

Desempenha, ainda, funções no âmbito dos projetos de internacionalização e de inovação de todas as empresas do grupo.

Intervém na estratégia empresarial do grupo Valerius no âmbito da economia circular e da responsabilidade social.

Manuel Carlos da Silva

Manuel Carlos com 65 anos, natural de São João da Madeira, é casado e tem dois filhos. Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1977). O conhecimento do sector do calçado e, por proximidade, do têxtil, valeu-lhe em 2003 a nomeação de encarregado de missão do programa Dinamo — Dinamização da Moda nos Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado.

Manuel Carlos foi o grande responsável pela internacionalização do sector português de calçado. Levou inúmeras empresas a vários certames de especialidade, granjeando para o país o reconhecimento como um dos melhores produtores de calçado do mundo. Hoje, Portugal é o terceiro exportador europeu de calçado e o sétimo a nível mundial. Foi membro do Comité Executivo da CEC — Confederação Europeia do Calçado. E diretor do CTC — Centro Tecnológico do Calçado (1978-2004). Esteve também na presidência da Comissão Especializada Internacional da AEP — Associação Empresarial de Portugal.

Ao fim de um ano como vogal do conselho de administração da Galp Energia, abandona o cargo, para reassumir a direção da APICCAPS.

Desempenhou também os cargos de presidente do IAPMEI e de presidente da ICEP.

Atualmente desempenha funções de Presidente Executivo da APICCAPS.

311770534

EDUCAÇÃO**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 10796/2018**

1 — Designa-se Pedro António da Silva Abrantes coordenador do grupo de trabalho da avaliação externa das escolas, criado pelo Despacho n.º 13342/2016, de 9 de novembro.

Nome completo	Categoria	Grupo	Motivo	Data da cessação
Mário Paulo de Oliveira Pereira da Silva	Assistente operacional		Falecimento	07-01-2017
Idorindo Vasconcelos Rocha	Professor Q. A.	200	Aposentação	01-10-2017

26 de setembro de 2018. — O Diretor, *Filinto Virgílio Ramos Lima*.

311684067

Agrupamento de Escolas n.º 2 de Elvas**Aviso (extrato) n.º 16862/2018**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a Lista Final dos candidatos admitidos no decurso do método de seleção, relativa ao procedimento concursal comum de regularização extraordinária de vínculos precários, para ocupação de quatro postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), com código de oferta n.º OE201810/0020, foi homologada por meu despacho de 31 de outubro de 2018, encontrando-se afixada em local visível nas instalações da Escola Sede do Agrupamento de Escolas N.º 2 de Elvas, sita na Avenida Infante D. Henrique, s/n em Elvas e disponibilizada na

2 — Revoga-se a alínea c) do n.º 2 do Despacho n.º 13342/2016, de 9 de novembro, e o n.º 2 do Despacho n.º 8471/2017, de 27 de setembro.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2018.

2 de novembro de 2018. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

311791287

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares**Agrupamento de Escolas de Alpendurada, Marco de Canaveses****Aviso n.º 16860/2018**

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra afixada na sede do Agrupamento de Escolas de Alpendorada, sita na Praceta da Devesa, em Alpendorada e disponibilizada na página eletrónica <http://www.aescolasalpendorada.com>, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, homologadas por meu despacho de 2 de novembro de 2018, no âmbito dos procedimentos concursais restritos a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) — Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, para o preenchimento de postos de trabalho nas categorias de assistente operacional, do mapa de pessoal deste Agrupamento, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, publicitados na BEP sob o código de oferta n.º OE201810/0379.

5 de novembro de 2018. — A Diretora, *Maria de Fátima da Silva Dias*.

311791213

Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos, Vila Nova de Gaia**Aviso n.º 16861/2018**

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público a lista nominativa dos trabalhadores cuja relação jurídica de emprego público cessou no decurso do ano civil de 2017.

página eletrónica em <http://aen2elvas.com/> previsto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

31 de outubro de 2018. — A Diretora, *Brígida Maria F. B. Gonçalves*.

311820819

Escola Secundária Henrique Medina, Esposende**Aviso n.º 16863/2018**

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, por meu despacho de 05 de novembro de 2018, a lista unitária de ordenação final dos candidatos relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 5 postos de trabalho na modalidade de